



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOR O COMITÊ ESTADUAL INTERINSTITUCIONAL DE ATENÇÃO AO MIGRANTE, REFUGIADO E ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS DO CEARÁ (CEMIGTRAP-CE)

Em cumprimento ao disposto no Decreto Nº 32.915, de 21 de dezembro de 2018, a Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Estado do Ceará torna público o presente Edital de Convocação das entidades da sociedade civil para compor o Comitê Estadual Interinstitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ceará (CEMIGTRAP-CE), mandato 2019 a 2021, nos seguintes termos:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A Convocação de até 25 (vinte e cinco) entidades da sociedade civil para compor o Comitê Estadual Interinstitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ceará (CEMIGTRAP-CE) será regida por este Edital.

1.2. Cada entidade da sociedade civil deverá indicar 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente à Comissão Organizadora designada pela Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Estado do Ceará.

1.3. Os membros do CEMIGTRAP-CE serão nomeados pela Secretária de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Estado do Ceará, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução se a plenária do Comitê não resultar disposição diversa, conforme previsto no art. 10, § 6º, do Decreto Nº 32.915, de 21 de dezembro de 2018.

1.4. A participação no CEMIGTRAP-CE é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO COLEGIADO

2.1. Poderão participar do CEMIGTRAP-CE Movimentos Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, e Instituições de Ensino Superior – IES, que tenham atuação comprovada na defesa e promoção dos Direitos Humanos, no âmbito do Estado do Ceará, há no mínimo 2 (dois) anos, contados retroativamente da data de publicação deste Edital.

2.2 Poderão participar as Instituições de Ensino Superior Privadas que comprovarem pelo menos dois dos critérios relacionados abaixo:

- a) Possuir disciplina específica sobre Migração, Refúgio ou Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas na sua grade curricular;
- b) Promover palestras, seminários entre outros eventos sobre Migração, Refúgio ou Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- c) Possuir curso de extensão sobre Migração, Refúgio ou Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- d) Produzir e apoiar produção científica sobre Migração, Refúgio ou Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

2.3. Será assegurada ampla participação aos segmentos sociais e entidades interessadas e comprometidas com a causa dos Direitos Humanos, desde que haja comprovação documental notória de suas atividades.

2.4. É vedada a participação qualquer Movimento, Conselho, Associação ou Organização que se enquadre em pelo menos uma das situações descritas a seguir:

- I. Tenha sede fora do Estado do Ceará e não possua representação local legítima reconhecida pela instituição;
- II. Seja estatal ou esteja submetida a regime de direito público;
- III. Tenha finalidade lucrativa, exceto as Instituições de Ensino Superior Privadas;
- IV. Tenha sido declarada inidônea ou possua dirigente condenado mediante sentença transitada em julgado pela prática de crime, contravenção ou improbidade administrativa, com pena que não tenha sido extinta por quaisquer causas legais;
- V. Possuir nos seus quadros diretivos servidores(as) públicos(as) estaduais em atividade.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1. O pedido de inscrição deve ser realizado no período de 17 de Junho a 5 de Julho do ano de 2019, nos dias úteis, das 8h às 12h e das 13h às 17h, na sala do **Programa Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**, na Casa dos Conselhos, Comissões e Comitês da Proteção Social do Estado do Ceará, localizada na cidade de Fortaleza, na Rua Silva Paulet, nº. 334, bairro Meireles.

3.2. A inscrição poderá ser efetivada pelo representante legal da entidade ou por qualquer pessoa munida de declaração assinada pelo dirigente, pela coordenação ou responsável legal da entidade, autorizando-a a realizar a inscrição.

3.3. O pedido de inscrição receberá um número de protocolo no ato da inscrição.

3.4. Caso a sede da entidade representativa da sociedade civil esteja localizada fora de Fortaleza ou da Região Metropolitana, será facultada a inscrição via SEDEX, desde que a correspondência chegue ao local de inscrição (Rua Silva Paulet, nº. 334, Meireles – CEP 60120-020 – Fortaleza/CE) com data de postagem até o prazo final para inscrições estabelecido no item 3.1.

3.4.1. No caso de inscrição via SEDEX, o comprovante de postagem, contendo número de registro, servirá como protocolo de inscrição.

3.5. O pedido de inscrição cuja documentação esteja incompleta será indeferido posteriormente à sua análise, em conformidade com o item 4.4.

3.6. O pedido de inscrição deve ser acompanhado de todos os seguintes documentos, sob pena de indeferimento na ausência de qualquer um destes:

- I. Original do formulário padrão de inscrição, constante do Anexo II a este Edital, devidamente preenchido, sem rasuras, nem ressalvas, e assinado por uma das pessoas listadas no item 3.2;
- II. Cópia do Estatuto Social do Movimento ou Organismo, registrado em cartório;
- III. Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- IV. Cópia da atas das assembleias de fundação da organização e de eleição da atual diretoria, com a indicação nominal de seu representante legal;
- V. Relatório de atividades dos anos de 2017 e 2018 que comprove a atuação na defesa, garantia ou promoção dos Direitos Humanos;
- VI. Declaração, sob as penas da Lei, do dirigente, coordenação ou responsável legal de que o Movimento ou Organismo cumpre os requisitos deste Edital e não está enquadrado nas vedações do item 2.5, conforme modelo;
- VII. Indicação formal, firmada pelo representante legítimo do Movimento ou Organismo, na forma do seu Estatuto ou correlato, do representante e respectivo suplente que participarão da Assembleia de Eleição.

3.7. A documentação encaminhada via SEDEX será conferida com as originais em momento oportuno. Em referência a documentação entregue na sede do Comitê será autenticada por um membro da Comissão Organizadora citada no item 4.1.

3.8. Caso a entidade representativa da sociedade civil não possua registro no CNPJ ou Estatuto Social registrado em cartório, deverá comprovar sua existência e finalidade mediante a apresentação de publicações acadêmicas, ou de qualquer outra natureza; pesquisas; premiações na área dos direitos humanos; ou, caso não seja possível a apresentação dos documentos anteriores, mediante a apresentação de 02 (duas) cartas de autoridades públicas, em papel timbrado e com a indicação do nome e cargo da autoridade, que declarem a existência e as atividades da entidade e atestem a sua aptidão na área da defesa, garantia, ou promoção dos Direitos Humanos.

3.9. A entidade que não possua registro no CNPJ ou Estatuto Social, e que apresente os documentos substitutivos previstos no item 3.9 está também obrigada a entregar os documentos elencados nos itens I, V, VI e VII do item 3.6.

3.10. O relatório de que trata o inciso V do item 3.6 não poderá ser genérico, devendo efetivamente comprovar a atuação na área dos Direitos Humanos, mediante a especificação das atividades, acompanhado de publicações em direitos humanos, fotografias de eventos (com data e local de realização), material de publicidade, notícias ou similares.

3.11. Para efeito do item 3.9, consideram-se autoridades públicas, os Desembargadores e Juízes, Procuradores e Promotores de Justiça, Procuradores da República, Defensores Públicos Estaduais ou da União, Procuradores do Estado ou do Município, Advogados da União, Senadores da República, Deputados, Vereadores, Ministros e Secretários de Estado e dos Municípios, aceitando-se a figura de autoridade religiosa superior, como Bispo ou correlato, no caso de entidade religiosa.

3.12. A Comissão Organizadora de que trata o item 4.1 se reserva o direito de verificar a veracidade de quaisquer declarações prestadas.

3.13. Não serão aceitos pedidos de inscrição apresentados fora do prazo ou do horário estabelecido neste edital.

4. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA

4.1. A análise dos documentos será feita pela Comissão Organizadora designada pela Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Estado do Ceará.

4.2. São atribuições da Comissão Organizadora na análise:

I. Examinar os requisitos descritos nos itens 2.1, 2.2, 2.4, 3.5 e 3.6;

II. Apresentar relatórios com as listas de entidades aptas e não aptas a integrar o colegiado.

4.3. Para o fim de orientar a análise dos requerimentos de inscrição e documentação respectivamente, a Comissão Organizadora pautar-se-á pelos seguintes critérios:

I. Menção, no Estatuto Social da entidade representativa da sociedade civil, de que a sua finalidade primordial é a de defesa e promoção de quaisquer dos Direitos Humanos previstos na Constituição Federal de 1988, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos;

II. Evidência de que a entidade da sociedade civil possui um histórico de atuação na área dos Direitos Humanos, comprovado através do relatório de atividades dos anos de 2017 e 2018 em conformidade com o item 3.9;

III. Evidência de que a entidade representativa da sociedade civil se constitui em um espaço de discussão e proposição de políticas de Direitos Humanos.

4.4. Os pedidos de inscrição e a documentação constantes nos itens 3.6 apresentados pelas entidades serão analisados pela Comissão Organizadora no período entre 08 e 11 de julho de 2019, a depender do volume de inscrições apresentadas, na sala do Programa Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, na Casa dos Conselhos, Comissões e Comitês da Proteção Social do Estado do Ceará, localizada na cidade de Fortaleza, na Rua Silva Paulet, nº. 334, Meireles, Fortaleza-CE.

5. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

5.1. A lista das entidades e/ou organizações que tiverem os pedidos de inscrição deferidos será divulgada no sítio eletrônico <https://www.sps.ce.gov.br>, no dia 12 de julho de 2019.

5.2. As entidades e/ou organizações que tiverem os pedidos de inscrição indeferidos poderão recorrer no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis, a contar da divulgação no endereço eletrônico da SPS, ou seja, entre 15 a 17 de julho de 2019, para esclarecimentos ou juntada de documentos complementares.

5.3. Os recursos interpostos serão analisados pela Comissão Organizadora em 18 e 19 de julho de 2019.

5.4. A lista final das entidades e/ou organizações, após a apreciação dos recursos ou pedidos de impugnação, será divulgada no sítio eletrônico <http://www.sps.ce.gov.br>, no dia 22 de julho de 2019.

5.5. A decisão da Comissão Organizadora proferida em sede de recurso é definitiva e irrecorrível, sendo assegurado ao interessado o direito de informação acerca dos fundamentos para o indeferimento do pedido de inscrição, mediante requerimento escrito formulado à Comissão Organizadora.

6. OBRIGAÇÕES

6.1. É de responsabilidade dos interessados acompanhar os calendários, editais e avisos relativos ao processo de escolha das entidades representativas da sociedade civil para compor o CEMIGTRAP-CE no sítio eletrônico <https://www.sps.ce.gov.br>.

6.2. A inscrição no presente processo de eleição implica a aceitação tácita das normas deste Edital e da legislação pertinente.

6.3. Os (as) responsáveis pelos Movimentos e/ou Organismos selecionados obrigam-se a indicar 01 (um) representante titular e/ou 01 (um) suplente para participar das atividades do CEMIGTRAP-CE e zelar por suas atribuições, nos termos Decreto Nº 32.915, de 21 de dezembro de 2018, até 19 de julho de 2019.

7. OBSERVAÇÕES FINAIS

7.1. As etapas do calendário deste processo de escolha poderão sofrer alterações, mediante decisão da Comissão Organizadora, para atender ao interesse público, desde que devidamente justificadas e publicadas no sítio eletrônico <https://www.sps.ce.gov.br>.

7.2. O formulário de inscrição e os documentos dos Movimentos e/ou Organismos não selecionados ficarão à disposição da entidade na sede da SPS no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação dos resultados; findo este prazo, serão incinerados.

7.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

7.4. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de inscrição e participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão a desclassificação da entidade.

7.5. As entidades selecionadas serão convocadas para a solenidade de posse dos membros do CEMIGTRAP, juntamente com os demais membros que o integram, em data a ser acertada oportunamente.

Fortaleza, 14 de junho de 2019.

(Assinado eletronicamente)

Lúcia Maria Bertini

Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Estado do Ceará

Gilvanda Torres

Representante da Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Fortaleza

Lívia Maria Xerez de Azevedo

Programa Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Ceará

**ANEXO I DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ENTIDADES DAS SOCIEDADE CIVIL
PARA COMPOR O COMITÊ ESTADUAL INTERINSTITUCIONAL DE ATENÇÃO AO
MIGRANTE, REFUGIADO E ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS DO
CEARÁ (CEMIGTRAP-CE)**

CRONOGRAMA

ATIVIDADE	DATA
Lançamento do Edital de Convocação de Entidades da Sociedade Civil para compor o CEMIGTRAP-CE.	17 de Junho de 2019
Período de inscrições das entidades representativas.	17 de Junho a 5 de Julho de 2019
Análise dos pedidos de inscrição e a documentação respectiva apresentada pelas entidades. Podendo estender-se a depender da quantidade de inscrições apresentadas.	08 a 11 de Julho de 2019.
Divulgação da lista das entidades e/ou organizações que tiverem os pedidos de inscrição deferidos no site da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e direitos Humanos do Estado do Ceará.	12 de Julho de 2019.
Prazo para recursos.	15 a 17 de Julho de 2019.
Análise dos recursos interpostos.	18 e 19 de Julho de 2019.
Publicação da relação de entidades representativas da sociedade civil aptas.	22 de Julho de 2019.
Publicação do resultado definitivo do processo de eleição.	19 de Julho de 2019.
Reunião do Comitê Estadual Interinstitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ceará.	30 de Julho de 2019

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

(todos os campos devem ser preenchidos, sem rasuras ou ressalvas)

1) NOME DA ENTIDADE, FÓRUM, REDE OU MOVIMENTO SOCIAL:

2) ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____

ESTADO: _____

CEP: _____

TELEFONES: _____

E-MAIL: _____

3) REPRESENTANTES DESIGNADOS PELA ENTIDADE, FÓRUM, REDE OU MOVIMENTO SOCIAL

TITULAR: _____

Documento de Identidade (Número e Órgão Expedidor): _____

CPF: _____

SUPLENTE: _____

Documento de Identidade (Número e Órgão Expedidor): _____

CPF: _____

Assinatura do Representante Legal ou outra pessoa autorizada a realizar a inscrição da entidade:

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÃO

_____ (Nome da Instituição)

declara, sob as penas da Lei, que cumpre as condições de participação /requisitos do **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOR O COMITÊ ESTADUAL INTERINSTITUCIONAL DE ATENÇÃO AO MIGRANTE, REFUGIADO E ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS DO CEARÁ (CEMIGTRAP-CE)**, não estando enquadrado nas vedações do item 2.4 do sobredito Edital.

Assinatura do responsável

INSTITUIÇÃO, NOME DO RESPONSÁVEL, CARGO

Em ____/____/2019.